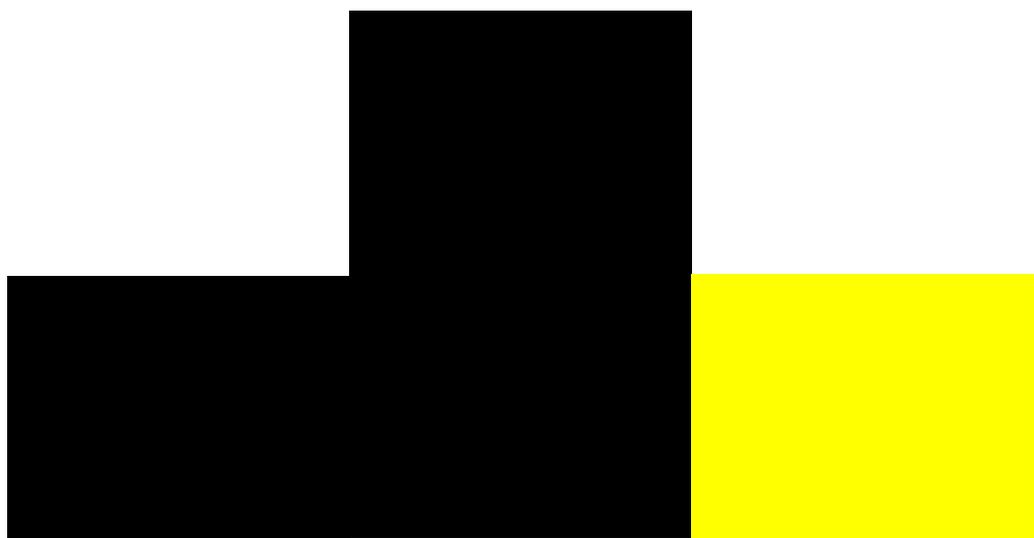




O discurso dos vencidos: Walter Benjamin e a crise da noção de desenvolvimento

Carolina Salomão

*Doutora em Psicologia pela PUC/Rio. Pesquisadora do
LABTeC/UFRJ, da Universidade Nômade (UniNômade) e editora
da revista Lugar Comum*



Introdução

O presente artigo tem como objetivo propor uma reflexão acerca das contribuições de Walter Benjamin para uma crítica do projeto neodesenvolvimentista empreendida pelos governos progressistas dos últimos anos no Brasil, de modo específico, e na América Latina, mais amplamente. Essa análise parte de uma abordagem previamente desenvolvida pela autora em sua tese de doutorado “Redes de trabalho e ação: colaboração, produção e política no contemporâneo”¹ aliada às escutas, falas e aprendizagens do Seminário Internacional “Crise Lutas sociais e bem viver: perspectivas indígenas”, realizado em setembro de 2018, no Rio de Janeiro.

Trata-se, nesse sentido, de traçar uma compreensão de como o pensamento de Walter Benjamin nos ajuda a formular uma alternativa a um determinado modelo de desenvolvimento, a partir da sua crítica do progresso, e de, nesse movimento, acatar seu convite ao exercício de escovar a história *a contrapelo*, isto é, de pensá-la a partir da perspectiva dos vencidos. Assim, essa proposta pressupõe um exercício de rememoração que tem como objetivo identificar *os vencidos* pela ideologia do progresso.

No contexto brasileiro, esse exercício passa por identificar os vencidos do projeto do Brasil Maior, os “*derrotados*” de junho 2013: os removidos, os escravizados, os desaparecidos, os encarcerados, os mortos. Deste modo, alimentado pelas reflexões do seminário, esse artigo debruça-se sobre as lutas dos marginais do mundo, isto é, aquelas dos povos e nacionalidades indígenas, das microressistências urbanas e rurais e da onda de levantes globais da última década, na qual, Junho de 2013 se insere, identificando os vencidos a fim de tecer uma concepção de história que faça justiça a elas.

Lutas indígenas, bem viver e a crise da noção de desenvolvimento

Entre os dias 25 e 26 de setembro de 2018, foi realizado na Casa da Ciência (UFRJ) e na Escola Superior de Desenho Industrial (Esdi/UERJ) o seminário internacional **Lutas indígenas, bem viver e a crise da noção de desenvolvimento**. O evento – fruto de uma parceria entre comunidades indígenas, ONGs, movimentos e universidades,² – teve como proposta reunir e debater experiências de lutas e resistências

¹ Em 2018, a tese foi lançada em formato e-book pela editora PUC/Numa em decorrência da premiação no Prêmio CTCH de Teses (2017). Link:

<http://www.editora.vrc.puc-rio.br/media/Precariedade%20e%20resistencia.pdf>

² O projeto trabalha em parceria com comunidades Nasa (Colômbia); e nove comunidades do nordeste do Brasil (Pankararu, Kariri-Xocó, Xokó, Karapotó Plak-ô, Tupinambá de Olivença, Pataxó Hãhãhãe, Pataxó de Barra Velha, Pataxó de Comexatiba, e Camacam Imboré). As organizações envolvidas são a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade de Leeds, a Universidade de Bristol, a Universidade

no âmbito latino americano a partir da perspectiva indígena. Nesse contexto, a noção de *bem viver* operou como uma chave de análise dessas experiências a partir da oposição ao modelo de desenvolvimento violento devastador dominante em marcha na América Latina. Isso implicou, no entanto, na discussão e problematização do próprio conceito. Na medida em que, como ficou evidente nas falas do seminário, o *bem viver* não é algo dado *a priori*, tampouco um modelo ou manual a ser adotado, mas se aproxima mais de uma estratégia construída coletivamente no próprio terreno das lutas. Assim, desinstrumentalizado, o *bem viver* – enquanto movimento e ação coletiva – se oferece como alternativa e modo de resistência frente à destruição permanente e definitiva de povos e territórios ancestrais.

Deste modo, conforme formulou Salvador Schalvezon na conferência “Lutas indígenas na América Latina e o conceito de Bem Viver”, essas lutas fornecem as bases práticas para pensar alternativas a um determinado modelo de desenvolvimento. A perspectiva do *bem viver* busca romper com o processo alienante da acumulação capitalista pensando a vida e o viver em outros termos. A partir de uma cosmopolítica, isto é, de uma concepção em que a política não está só a serviço dos homens e seus direitos, mas opera em favor do mundo em toda a sua pluralidade, a natureza deixa ser mero recurso e adquire direitos. As lutas de resistência dos povos e das múltiplas nacionalidades indígenas se oferecem, portanto, como campo para repensar a própria noção de desenvolvimento (e, conseqüentemente progresso).

Desse modo, os dois dias de evento, foram dedicados à escuta, trocas e aprendizagem a partir de experiências e relatos de representantes indígenas, ativistas e acadêmicos acerca das lutas travadas por povos e nacionalidades indígenas da América Latina contra um projeto de desenvolvimento que se impõe e se faz presente tanto nas capitais globais quanto nas periferias urbanas e rurais e nos territórios indígenas. Esse modelo atua de modo sistemático a partir de práticas perversas que conjugam assassinatos, cooptação e ameaças aos povos e lideranças resistentes. Trata-se de um *projeto de morte* – perpetrado pelo Estado, com frequência em aliança com grupos paramilitares e o narcotráfico – que visa subjugar a cultura, a história e as resistências indígenas, a partir do extermínio de suas lideranças e expropriação de seus territórios que

Autônoma da Colômbia, a iniciativa de comunicação-ação Pueblos en Camino, e a ONG Thydêwá. Estiveram presentes no evento duas Autoridades Ancestrais de Pioyá (comunidade Nasa, Colômbia), dois membros da comunidade Pankararu (Pernambuco) e um membro da comunidade Camacam Imboré (Sul da Bahia).

em alguns países são a última barreira para implantação de megaprojetos energéticos e de mineração.

A América Latina constitui uma das maiores e mais importantes reservas globais de recursos naturais. A China, enquanto segunda maior economia do mundo, identificou no continente e no projeto desenvolvimentista em curso na região, cenário privilegiado para implantação de grandes projetos de investimento público. Nos últimos anos, a China se converteu num dos principais parceiros comerciais de países latino americanos – como Argentina, Bolívia, Brasil, Equador e Venezuela – tendo destinado à região 125 bilhões de dólares em empréstimos.³

Assim, no Equador, conforme relatou Carolina Viola, a luta indígena se traduz na resistência à ofensiva estatal de implantação de megaprojetos – energéticos e extrativistas – fruto dos fluxos de investimento e da expansão do capital chinês no território equatoriano. Cartograficamente, os espaços de intervenção estatal se sobrepõem aos territórios indígenas, como é o caso da jazida de mineração na Cordilheira do Condor, que afetou o povo Shuar – com remoções e desalojamento sob força militar do governo de Rafael Corréa⁴ – e da Hidrelétrica Coca Codo Sinclair, na província de Napo. Esses projetos refletem a mudança da matriz econômica, energética e produtiva do Equador, isto é, a adoção de um modelo desenvolvimentista transnacional que sob o verniz do *progresso* (modernização, desenvolvimento técnico, científico) promove uma série de violações de direitos nas metrópoles e nos territórios, evidenciando a crise da noção de desenvolvimento.

É exatamente isso que denunciam também os representantes colombianos da iniciativa comunicação-ação *Pueblos en Camino*. Alinhados à noção de *bem viver*, lideranças e representantes indígenas relatam as experiências de resistência contra a apropriação, acumulação e conversão em mercadoria dos bens comuns do povo Nasa, no Departamento do Cauca. Na Colômbia, aproximadamente 110 povos indígenas resistem à violência desenvolvimentista da indústria extrativista, de grupos paramilitares e do Estado. Esses, em conjunto, utilizam estratégias de terror e guerra como massacres,

³ VIOLA REYES, Carolina. Territorios y cambio estructural en hábitats periurbanos: Coca Codo Sinclair, inversión china y el cambio de la matriz energética en el Ecuador. *Revista Ciencias Sociales*, v. 1, n. 38, p. 67-84, 2016.

⁴ Vale ressaltar, que o presidente eleito em 2006, teve como foco de campanha os direitos indígenas e a sustentabilidade ambiental. E foi em seu governo, em 2008, que a natureza ganhou status de sujeito de direitos na constituição federal em decorrência da Revolução dos Cidadãos. O movimento incorporou as noções de *bem viver* como modelo alternativo de desenvolvimento.

execuções, perseguições e sequestros. Uma investigação realizada entre 1958 e 2012, dá conta de 220 mil assassinados e 25 mil desaparecidos, entre camponeses, indígenas, negros, sindicalistas, líderes comunitários, comunicadores populares e defensores dos direitos humanos. Os ativistas reconhecem na união entre os povos o tecido de resistência que o permitem sobreviver. Por isso, desenvolvem táticas de comunicação entre indígenas, lideranças sociais e populares para construção coletiva de estratégias de visibilidade da luta indígena contra a manipulação da informação e seus discursos – são recorrentes tentativas de desqualificação e criminalização da resistência dos povos a partir da associação às FARC e identificação como terrorista – e em defesa do território e dos bens comuns.

Do mesmo modo, nas experiências e relatos dos povos Pankararu e Camacam Imboré, no Brasil, identificamos uma luta por autonomia, proteção e valorização de seus saberes ancestrais. As falas mobilizadas pelos representantes – Atiã e Maria Pankararu – evidenciam a tensão consciente entre o desejo de preservação dos territórios e valores culturais (compartilhados por professores indígenas) e a reivindicação – sem consenso – pela ocupação de outros espaços: institucionais, políticos, acadêmicos, no esforço de subverter às tradicionais estruturas de poder.

Nesse contexto, a realização do seminário no espaço acadêmico fomentou o debate crítico a respeito dos espaços de produção de discurso, da apropriação das lutas e da construção da história de uma perspectiva colonizadora. O interesse acadêmico e o trabalho de pesquisa acerca das realidades indígenas foram problematizados a partir da clivagem metodológica do *pesquisar com* x *pesquisar sobre*. O trabalho de pesquisa com estudantes de design, artistas e ativistas indígenas desenvolvido no âmbito do Laboratório de Design e Antropologia, da Escola Superior de Desenho Industrial (UERJ) refletiu a possibilidade de um encontro inventivo entre prática acadêmica e ativismo.

Por fim, ainda no contexto da interlocução entre academia e lutas sociais, Walter Benjamin se apresentou como interlocutor fecundo para tecer uma crítica ao projeto desenvolvimentista denunciado nas falas que permearam o evento. Escovando a história a *contrapelo*, isto é, pensando-a a partir da perspectiva dos vencidos em oposição à história oficial do “progresso”, somos convocados a adotar uma concepção de história que recuse qualquer identificação com os triunfalistas dessa ideologia, e que, de modo inverso, faça justiça à história e memória dos vencidos. Os dois dias de encontro nos colocaram em contato com a história “não-oficial”. Como o anjo da história benjaminiano encaramos a tempestade do progresso evidenciada nas lutas de resistência das

nacionalidades indígenas do Cauca contra a perseguição do Estado, vimos a catástrofe de Belo Monte, na bacia do Xingu, assim como a tragédia ambiental nas cordilheiras equatorianas. Rememoramos – a partir do relato de Tibiriça, da Aldeia do Cachimbo – o massacre contra o povo Camacam Imboré e mongoiós na Bahia, no século XIX e as violências e violações recentes denunciadas pela levante popular de junho de 2013, no Brasil.

Assim, na recordação e nos relatos de resistência ecoamos a crítica benjaminiana do progresso e identificamos a chave de articulação com noção de *bem viver*. No sentido que as lutas narradas no evento são simultaneamente contestatórias e propositivas de outro modelo de desenvolvimento, de outra relação com a cidade, com a natureza, e reivindicam a afirmação de outras e múltiplas formas de vida.

Walter Benjamin: filósofo da história

Existe um consenso entre estudiosos e comentadores do pensamento de Walter Benjamin acerca da singularidade do autor e sua obra na esfera da filosofia contemporânea e, da conseqüente, dificuldade de localizá-lo no panorama intelectual e político do século XX. (LOWY, 2005; SELIGMANN-SILVA, 2007; GAGNEBIN, 2007).

Apresentando-o biograficamente de modo sucinto, podemos dizer que Walter Benjamin foi um filósofo alemão – nascido em Berlim, em julho de 1892, no seio de uma família burguesa judaica – que ao longo de sua curta vida se dedicou à análise literária, histórica e cultural do seu tempo. No entanto, embora sejam possíveis algumas precisões acerca do seu itinerário teórico, definir Benjamin sempre foi um desafio, mesmo para aqueles que lhe eram próximos. Hannah Arendt, amiga e correspondente, o considerava um “homem das letras”, um crítico literário. Adorno, colega na Escola de Frankfurt, o entendia como um filósofo ainda que distantes de todas as correntes, essa compreensão era partilhada com Scholem. Michael Lowy (2005) conta que “a recepção de Benjamin, principalmente na França, estava voltada prioritariamente para a vertente estética da sua obra, com uma certa tendência a considera-lo sobretudo um historiador da cultura” (p.14).

De fato, é o próprio Michael Lowy, um dos principais estudiosos de sua obra, que esboça a definição que mais serve ao propósito desse artigo; Lowy identifica Benjamin como “um crítico revolucionário da filosofia do progresso, um adversário marxista do “progressismo”, um nostálgico do passado que sonha com o futuro” (2005, p.14). É,

portanto, a partir dessa definição que podemos entendê-lo como um filósofo da história. Todavia, a própria definição é carregada de paradoxos e tensões que reafirmam o caráter inclassificável do pensamento benjaminiano.

A relação de Benjamin com o marxismo é um exemplo de tensão dialética que marca o itinerário do autor. Benjamin entra em contato com a literatura marxista no encontro com texto de Georg Lukács, “História e consciência de classe”, e desenvolve seu interesse pelas ideias comunistas e socialistas na interlocução com Asja Lacis, ativista letã com quem Benjamin manteve um relacionamento amoroso. É, portanto, somente a partir de 1924, que o marxismo ganha relevância no seu pensamento até tornar-se elemento chave de sua concepção de história.

No entanto, Benjamin abraça o materialismo histórico – método de abordagem marxista – recusando a ideologia do progresso linear. Deste modo, o autor opõe-se à concepção do marxismo evolucionista vulgar que vê a revolução como resultado “natural” e “inevitável” do progresso econômico e técnico. De modo inverso, o autor pensa que revolucionário é a interrupção da evolução que conduz à catástrofe.

Neste ponto reside outra tensão dialética do seu pensamento: Benjamin é um revolucionário nostálgico do passado, crítico contumaz da ideologia do progresso. Contudo, sua nostalgia nada tem de retrógrada ou conservadora. De modo singular, ele usa a nostalgia do passado como um método revolucionário de crítica do presente. E por fim, ele é um materialista que se interessa e recorre à teologia para construção da sua filosofia da história. Essas aparentes contradições e paradoxos compõem o “pensamento poético” – conforme formula Hannah Arendt – profundamente original de Walter Benjamin.

Além do marxismo, Benjamin se afilia ao Romantismo alemão – não como escola literária e artística, mas como um estilo de pensamento, uma estrutura de sensibilidade que expressa em todas as esferas da vida cultural. A visão de mundo romântica se caracteriza pela crítica cultural à civilização moderna capitalista em nome de valores pré-modernos. Trata-se, portanto, “de uma crítica ou protesto relativos aos aspectos sentidos como insuportáveis e degradantes: a quantificação e mecanização da vida, a reificação das relações sociais, a dissolução da comunidade e o desencantamento do mundo” (Lowy, 2005, p.18)

A influência do marxismo, do romantismo e, finalmente, do messianismo judaico, ao que ele confere um sentido próprio⁵, são as três perspectivas adotadas na composição

⁵ Para um debate mais aprofundado sobre o tema ver: GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Teologia e Messianismo no pensamento de W. Benjamin. *Estudos avançados*, v. 13, n. 37, p. 191-206, 1999.

de “*Sobre o conceito de história*”. Essa obra pode ser considerada um testamento político, filosófico e espiritual do autor. Não só por ser a última produção de Benjamin, mas por condensar nas 18 teses – mais dois apêndices – que compõe o texto as questões fundamentais da sua filosofia do pensamento: o progresso, a história, a religião, a utopia e a política. Tudo do ponto de vista, dos vencidos.

Sobre conceito de história: as teses benjaminianas

As teses “*Sobre o conceito de história*” foram escritas em 1940, ano da morte de Benjamin, na ocasião da sua tentativa de fuga da Gestapo na fronteira entre França e Espanha. Assim, o contexto histórico da produção do texto é o começo da Segunda Guerra Mundial; as teses têm como pano de fundo imediato o pacto germano-soviético e a ocupação da Europa pelos nazistas.

Nelas, Walter Benjamin traça sua compreensão crítica acerca da guerra e das conjunturas que a possibilitaram. No entanto, a riqueza das teses reside, em grande parte, do fato de que, embora cronologicamente situado, ele coloca questões relativas a toda história moderna e contemporânea. À luz dos eventos recentes – fim do ciclo progressistas, as crises econômicas, políticas e humanitárias, a ascensão dos populismos e conservadorismo – o texto de 1940 reitera sua atualidade.

Como dito anteriormente, a proposta dessa exposição é articular a crítica ao progresso e a técnica de Walter Benjamin ao modelo de desenvolvimento em curso na América Latina. Nesse artigo, focaremos no contexto brasileiro a partir da comemoração dos eventos de junho de 2013.

Junho de 2013 e o fracasso do projeto neodesenvolvimentista

Passados quase seis anos do Junho brasileiro, vemos pipocar avaliações, balanços, saldos dos eventos 2013. As interpretações são múltiplas, mas em geral, e até certo ponto simplista, se organizam em torno de uma polarização que o classifica como “fascista” ou “democrático/legítimo”. Nessa abordagem, há aqueles que veem nas manifestações massivas daquele ano o “*ovo da serpente*” de um fascismo crescente, então incubado, que desembocou no impeachment da presidente Dilma Rousseff (compreendido nesse contexto como golpe), em 2016, e posteriormente, em 2018, na vitória eleitoral de Jair Bolsonaro. Vale ressaltar, que essa interpretação não é apenas retroativa, mas já existia em 2013 – enquanto as ruas ainda estavam cheias com sua pluralidade de pautas –

vocalizadas, sobretudo por intelectuais da esquerda com ares de teorias conspiratórias. Nessa interpretação, as manifestações de junho de 2013 são aproximadas de modo negativo àquelas de 2015 e uma relação processual é estabelecida entre elas. No outro polo, residem aqueles que reconhecem no evento a abertura de uma brecha democrática, desencadeada pela pauta fundamental e urgente da mobilidade urbana – representada na recusa do aumento das tarifas nas capitais do país – mas estendida numa revolta geral contra as condições de vida e trabalho nas metrópoles. Como se sabe, após a revogação do aumento das tarifas, o movimento abraçou uma ampla pauta de contestação, tão diversa quanto pertinente. E, ao contrário do insistente discurso de dispersão e declínio do movimento veiculado na mídia, o que houve foi uma continuidade pelas problemáticas da violência e do estado de direito; menos massiva se comparada aos atos de junho, mas igualmente potente. Na pauta, a exploração das múltiplas formas de vida na cidade, desmilitarização da polícia e a contestação às intervenções na cidade por conta dos megaeventos.

Assim, a imposição de uma agenda neodesenvolvimentista em torno de interesses privados em detrimento de uma política orientada para as reais necessidades da população se oferece como chave de articulação entre o levante popular e crítica do progresso benjaminiana.

Em *O Enigma do Disforme* (2018) Giuseppe Cocco e Bruno Cava observam como o movimento de junho rompe com a conformidade de que tudo ia bem no país, ao menos em termos de governabilidade. Os autores descrevem a surpresa: “Quando as manifestações de junho de 2013 começaram a se massificar nas grandes metrópoles brasileiras e a se espalharam pelo país, os dirigentes do governo e seus intelectuais ficaram incrédulos, perguntando-se: “Por que protestam?” De fato, a vitória nas urnas do partido do governo – e seus aliados – somada à estabilidade econômica são os responsáveis pelo o que os autores caracterizam como ilusões neodesenvolvimentistas de consenso. Índices econômicos e eleitorais davam a impressão de que não havia do que se reclamar.

Cabe ressaltar, no entanto, que apesar da aparente intempestividade de junho, no Brasil já orbitavam pequenas insurgências e processos de resistência, especialmente em torno das intervenções urbanas concernentes aos megaeventos – obras, remoções, demolições, gentrificação –, a essas contestações somaram-se críticas de movimentos indigenistas e ambientalistas ao modelo desenvolvimentista de crescimento. Assim, um conjunto de insatisfações que se encontravam antes atomizadas, em junho, convergiram

pondo fim ao consenso político que imperava na cidade. Deste modo, a compreensão compartilhada aqui é o levante de junho é a evidência do fracasso do projeto neodesenvolvimentista, e da ideia de consenso em torno dele.

Inflexão neodesenvolvimentista: tempestade do progresso

Cocco e Cava (2018) identificam na descoberta da camada do “Pré-Sal”, 2007, a força para implantação do modelo desenvolvimentista no país. A descoberta de enormes jazidas de petróleo explorável nas plataformas oceânicas brasileiras operou no discurso oficial do governo Lula como um tipo de galinha dos ovos de ouro, descrevem os autores, tornando-se solução para qualquer mazela nacional (p.89). O recém descoberto tesouro permitiu que o governo respondesse à recessão de 2008 – crise hipotecária norte americana e crise da dívida soberana europeia – com medidas anticíclicas tipicamente keynesiana “com campanhas de incentivo ao consumo e ao crédito, assim como o intensificação do investimento público em múltiplas áreas, com foco especial na construção civil pesada, na indústria automotiva e na produção de energia em grande escala” (p.90). Nesse contexto, animado pelo sucesso das medidas adotadas, o governo consegue atrair para o país grandes eventos internacionais como a Conferência Rio +20 (2012), a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016), tendo a cidade do Rio de Janeiro como anfitriã principal.

Assim o país torna-se vitrine do futuro global, e o Rio de Janeiro é alçado à condição de Cidade Criativa. No entanto, o fluxo de capital que os megaeventos atraem não alimentam as estruturas e os serviços básicos – transporte, educação, saúde entre outros – que constituem a cidade (Szaniecki, 2016, p. 10). De fato, o pacto trigovernamental das esferas federal, estadual e municipal se intensificou “segundo um arranjo envolvendo máfias locais, grandes empreiteiros e barões empresariais do mercado imobiliário” (Cocco e Cava, 2018, p.94)

Assim, “ainda que a inflexão desenvolvimentista tenha se delineado desde o primeiro ano do governo Lula, foi em 2011, com o período Dilma, que se tornou não só hegemônica, como unificadora das políticas estratégicas, o vetor dominante do governo” (2018, p.95). E isso fica evidente de forma mais clara no deslocamento, mais ou menos gradual, das prioridades do governo. Essa mudança pode ser explicitada no binômio *inclusão x exclusão*. Dito de outro modo, enquanto os dois primeiros mandatos do governo Lula focaram na inclusão pela educação e recuperação da cidadania dos mais

pobres através de políticas de acesso à educação como Prouni, Reuni e expansão do ensino técnico e pela valorização do salário mínimo, transferência e distribuição de renda, isto é, na promoção de um “país de todos”; assistimos na transição ao governo Dilma a radicalização do projeto neodesenvolvimentista e o abraço aos projetos genocidas. Cocco e Cava destacam:

O rol de “campeões nacionais” em setores-chaves foi ampliado não só pra incluir empresários modernizados do *agrobusiness*, como também velhos ruralistas oligarcas, uma camada historicamente mais conservadora, responsável pela grilagem das terras, extração ilegal de madeira, o biopoder racista no campo”. (2018, 95).

Acentuam-se nesse período, portanto, o investimento em grandes projetos – megabarragens hidrelétricas, submarino nuclear, indústria extrativa –, megaeventos e empréstimos vultosos a grandes empresários, com juros baixos e critérios frouxos, financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com participação acionária nas empresas “campeãs” – empresários, empreiteiros, banqueiros e industriais – selecionados para erguer a infraestrutura dos megaeventos e tocar as obras do PAC.

A intensificação do projeto desenvolvimentista transforma o “Brasil um país de todos” no “Brasil, país rico é país sem pobreza”, isto é, na eliminação dos pobres. No Rio de Janeiro, o “combate” à pobreza converteu-se num verdadeiro genocídio dos pobres.

Em “*Sobre o conceito de história*”, Benjamin traz uma tese extremamente alegórica, conforme explica Lowy (2005) “no sentido de que seus elementos não têm, fora do papel, o significado que lhes é intencionalmente atribuído pelo autor” (p.87). Nela, Benjamin descreve o anjo da história, aquele que prevê a catástrofe que o progresso produz. A tese construída a partir de uma imagem do Paul Klee que Benjamin adquiriu ainda na juventude onde o autor projeta seus sentimentos e ideias. Diz a tese:

Há um quadro de Klee que se chama “Angelus Novus”. Nele está desenhado um anjo que parece estar na iminência de se afastar de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, seu queixo caído e suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu semblante está voltado para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as arremessa sobre seus pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos.

Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o amontoado de ruínas diante dele cresce até o céu. É essa tempestade que chamamos de progresso. (BENJAMIN, 2012, p.245-246)

A nona tese de Benjamin reitera seu compromisso com o passado e suas vítimas ao mesmo tempo em que olha para o futuro e vislumbra a catástrofe. A visão angelical carrega um índice premonitório e nesse sentido, conserva uma dimensão profética. Conforme formula Lowy, “seu prenúncio trágico parece anunciar Auschwitz e Hiroshima, as duas grandes catástrofes da história humana, as duas destruições mais monstruosas que vieram coroar o amontado que ‘cresce até o céu’” (p.87). Benjamin reconhece nos valores próprios da civilização capitalista industrial-moderna – “progresso”, “desenvolvimento” e “crescimento” – que caracterizam a doutrina do progresso à locomotiva que conduz à catástrofe.

No Brasil Maior, a retórica do progresso foi amplamente utilizada pelos governantes para justificar exceções e inconstitucionalidades postas em prática a pretexto dos eventos. Remoções violentas, ocupações policiais em favelas, demolições, privatizações de espaços públicos foram arbitrariedades freqüentes em nome do desenvolvimento. Nas ruas e nas redes, o grito de “*não vai ter copa*” era menos um desejo, do que uma constatação. A recusa era também uma contestação da dita herança que o evento deixaria. O verniz do progresso não colou: a mudança de prioridades econômicas, o status de “cidade global”, a reurbanização e especulação imobiliária excludente evidenciavam o engodo do dito legado.

Em paralelo às ações urbanas nos centros, nas periferias a lógica desenvolvimentista tentava impor teleférico no lugar de saneamento básico, constrói barreiras de som, remove, interna compulsoriamente, ocupa e “pacífica” com violência militar. Tudo em nome do progresso, em “uma democracia direta do capital” que funda uma cidade de exceção onde os interesses dos cartéis internacionais e empresas privadas se sobrepõem às demandas da cidade. A Lei Geral da Copa é exemplo explícito dessa dinâmica. Sancionada em 2012, ela criou um conjunto de leis de exceção que desestruturam o Estatuto do Torcedor e coloca o Estado em posição de submissão em relação à FIFA.

A tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção" em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no séculos XX "ainda" sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável. (BENJAMIN, 2007, p.245)

Nessa tese, Benjamin confronta duas concepções de história – com implicações políticas evidentes para o presente: a confortável doutrina “progressista” para qual a norma da evolução das sociedades é mais democracia, liberdade e paz; e aquela que ele afirma ser seu desejo, situado do ponto de vista da tradição dos oprimidos para qual a regra histórica é, ao contrário, a opressão, a barbárie, a violência dos vencedores.

Confiando no mito do progresso, o primeiro conceito de história esboçado pelo autor entende as violências e violações como um “desvio”, uma “exceção” cuja marcha inevitável da “norma histórica” dará conta de sanar. Essa visão afilia-se ao positivismo fatalista disfarçado de revolução que Benjamin rechaça na concepção do marxismo evolucionista vulgar. De modo inverso, o autor entende a revolução exatamente como um salto para “fora da história” que permite a emancipação absoluta do presente, que desamarrado da implacável repetição historicista, coloca os homens na condição de liberdade para buscar um sentido totalmente novo para o futuro. Portanto, Benjamin incita a construção de outra concepção de história – que reconhece o estado de exceção como regra, mas que, no entanto não se entrega ao fatalismo e, nesse sentido, fortalece a luta contra o fascismo. A concepção de história que Benjamin propõe passa pela recusa fundamental da identificação afetiva com os vencedores própria do “investigador historicista”. Ao materialista histórico, conclui Benjamin, é imperioso inverter essa narrativa, escovando a história *a contrapelo*.

Essa expressão aparece na sétima tese “*Sobre o conceito de história*”, e diz respeito à recusa a toda e qualquer identificação com os heróis, vencedores e os monumentos erigidos por eles. Trata-se, nesse sentido, de uma expressão que faz alusão direta ao que Benjamin chama de os “tesouros da cultura”.

O autor tem uma relação paradoxal com museus e monumentos de memória; se, por um lado, Benjamin reconhece a necessidade de preservação e transmissão de saberes e, sobretudo de experiências (ele expressa essa preocupação em textos como o “Narrador” e “Experiência e Pobreza”), por outro ele se mostra cauteloso com a “monumentalização” da história, por justamente servir de exaltação e legitimação do discurso dos vencedores, invisibilizando a história dos vencidos. Diz o autor na tese: “nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento de barbárie”.

Visto dessa perspectiva, não surpreende que um dos legados da barbárie desenvolvimentista da última década tenha sido justamente a multiplicação de monumentos e “bens culturais”: museus, estádios, aquários; mas também: hidrelétricas, vilas olímpicas – grandes obras irrigadas com verba pública que contrastam com a falência do Estado do Rio evidenciado no sucateamento da UERJ e no incêndio do Museu Nacional que destruiu mais de 20 milhões de itens entre fósseis, múmias e registros de linguagem. A aniquilação daquele espaço de memória – prédio e acervo – é também espólio desenvolvimentista. Rememorar junho e as pautas mobilizadas naquele ano passa por identificar e adotar um conceito de história que faça justiça à magnitude do evento e a realidade que ele revela, escovando-a contrapelo.

Considerações finais

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “tal como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo. Para o materialista histórico trata-se de fixar uma imagem do passado, da maneira como ela se apresenta inesperadamente ao sujeito histórico no momento do perigo. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como redentor; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (Benjamin, 2007, p.243-244)

No itinerário benjaminiano, o trabalho de rememoração guarda estreita relação com o conceito de redenção. Benjamin defende que não podemos lutar pelo futuro se não temos memória das vítimas do passado. Nesse breve ensaio, buscamos escovar os eventos

de Junho de 2013 a contrapelo, articulando-o “não como ele de fato foi”, mas no exercício consciente da persistência do perigo. O perigo, como adverte Benjamin, é apropriação da história do passado e seus sujeitos históricos pelas classes dominantes, isto é, pelo discurso “oficial” que suprime as resistências e silencia os vencidos. Nesse sentido, é dever do historiador, no momento do perigo, “salvar” a história dos vencidos, rememorando-a.

Trata-se, em última análise, de preservar a história sem deixar que ela se transforme em instrumento dos vencedores. Nessa convocação o autor nos convida a abandonar qualquer pretensa neutralidade e “a visão confortável e preguiçosa da história como progresso interrupto” (Lowy, 2005, p.65). Assim, “arrancar a tradição ao conformismo” que se quer dominar é restituir à história sua dimensão subversiva e resistente. O equivalente profano do Messias teológico de Benjamin são precisamente os movimentos e lutas e resistência, do mesmo modo que os regimes totalitários correspondem ao Anticristo. Lowy explica, portanto, que “não há um Messias enviado do céu: nós somos o Messias, cada geração possui uma parcela de poder messiânico e deve ser esforçar para exercê-la (2005, p.51)

Deste modo, recordar o levante de junho, assim como conhecer e compartilhar as lutas indígenas da América Latina, atende a esse apelo, explicitado na parte final da sexta tese de Benjamin, qual seja, o de “atear ao passado a centelha da esperança” a partir da rememoração histórica das vítimas do passado. Como vimos, Walter Benjamin confere ao passado um papel fundamental que impele à redenção. Para o autor, os ultrajes do passado são capazes de despertar a esperança e mobilizar esforços que buscam redimi-los. Nas teses, o autor defende explicitamente a possibilidade de reparação no presente das injustiças do passado. Benjamin afirma que “o passado traz consigo um índice secreto, que o impele à redenção” (2007, p.242), o autor fala de um encontro marcado entre a geração anterior e a nossa onde a primeira dirige um apelo à última: há flagelos que cabe a nós redimir.

Referências:

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: **Obras Escolhidas vol 1, Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2012, pp. 241-252.

COCCO, Giuseppe; CAVA, Bruno. **Enigma do Disforme**. Mauad Editora Ltda, 2018.

CORRÊA, Carolina Salomão **Precariedade e resistência: a metrópole como palco das lutas sociais**. Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio : Numa Editora, 2018.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses" Sobre o conceito de história"**. Boitempo Editorial, 2015.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Leituras de Walter Benjamin**. São Paulo: Annablume, 2007 (2ª ed).

SZANIECKI, Barbara. **Criatividade, conflito e direito à cidade num Rio de Janeiro espetacularizado**. Diálogo com a Economia Criativa, v. 1, n. 2, p. 8-26, 2016.